ENTREVISTA

Alexandre de Moraes

"A vitaliciedade não é um privilégio, mas sim uma garantia da sociedade"

PÁGINA 11

Ano VII nº 70 – MARÇO – 2012

ANPT

INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DO TRABALHO

Esforço concentrado pede aprovação da PEC que combate o trabalho escravo no Brasil

Durante o mês de março, a ANPT participou de diversas reuniões no Congresso Nacional a fim de articular a votação e a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 438/2001. A Câmara dos Deputados instalou, inclusive, no período, CPI do trabalho escravo, o que está sendo acompanhado pela entidade.

PÁGINAS 3

Foto: Ascom/ANPT

Diálogo com STF e PGR aumenta interlocução sobre temas de interesse para o MP e para a magistratura

Foto: Ascom/ANPT

Representantes de entidades associativas das duas categorias estiveram reunidos com o presidente eleito do Supremo Tribunal Federal (STF), Carlos Ayres Britto, e com o procurador-geral da República, Roberto Gurgel. Na pauta de assuntos debatidos, a necessidade de valorização das carreiras, tema de destaque nas reuniões.

PÁGINA 5

TRABALHO DOMÉSTICO

ANPT participa de audiência pública sobre o tema

Página 4

PREVIDÊNCIA

Mesmo com forte articulação contrária, Senado Federal aprova PL

Página 6

Caro Associado,

No último mês, tivemos uma intensa atuação junto ao Congresso Nacional, sempre com o intuito de consolidar uma maior aproximação com o Poder Legislativo e, com isso, ampliar nossa participação nos debates ali travados, o que, certamente, resulta em conquistas para a nossa categoria.

Tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal buscamos apoio para projetos do interesse de todos nós, a exemplo do PLC n.º 2, de 2012, que institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos, fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões e cria a Funpresp. Apesar da intensa articulação que, juntamente com outras entidades de classe do Ministério Público e da magistratura, desenvolvemos, o projeto foi aprovado no Senado da forma que já o havia sido na Câmara.

Também intensificamos os trabalhos nas últimas semanas tendo por objetivo a votação e aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 438/2001, conhecida como "PEC do trabalho escravo", que trata da perda da propriedade em que se constatar a exploração de trabalho em condições análogas às de escravo, o que acreditamos pode vir a ser uma importante ferramenta na luta contra essa absurda exploração do labor humano ainda hoje existente.

Em reuniões realizadas com o presidente eleito do Supremo Tribunal Federal, Carlos Ayres Britto, e com o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, debatemos diversos temas de interesse direto para os membros do Ministério Público e do Poder Judiciário de todo o país. Em tais reuniões, nossas reinvidicações puderam ser apresentadas de maneira clara e detalhada, as quais tiveram grande receptividade por parte de nossos interlocutores, com quem temos buscado estreitar os laços com o escopo de avançar no debate de tantos e tão relevantes temas.

Os problemas relacionados às irregularidades na terceirização, assim como às tentativas que se vem constatando no sentido de ampliar ainda mais a sua prática, também foram objeto de inúmeras reuniões, eventos e discussões em geral ao longo do período. Não deixamos de defender, ademais, em nenhuma oportunidade que tivemos, a imprescindibilidade de se respeitar os direitos e a dignidade dos trabalhadores. Nesse sentido, merece destaque a nossa participação em audiência pública realizada para discutir a situação do trabalho doméstico no Brasil, ocasião em que fomos enfáticos em defender a necessidade de se modificar a Constituição Federal para assegurar que tais trabalhadores tenham assegurados os mesmos direitos dos demais.

Diversas outras questões foram tratadas no curso do mês de março e, aqui, no Informativo da ANPT, apresentamos um resumo das atividades associativas no período. Aproveitamos para desejar a todos os participantes do XVII Congresso Nacional dos Procuradores do Trabalho um ótimo evento. Que possamos refletir os desafios e as perspectivas do Ministério Público.

Boa leitura!

CURTAS

Corte Interamericana de Direitos Humanos

Foto: Ascom/ANPT

O advogado Roberto de Figueiredo Caldas foi indicado pelo Estado Brasileiro para concorrer ao cargo de juiz da Corte Interamericana de Direitos Humanos (IDH). Na tarde do dia 21 de março, o presidente da ANPT, Sebastião Vieira Caixeta, e o vice-presidente da entidade, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, receberam o advogado, que estava acompanhado da embaixadora Gláucia Gauch, diretora do Departamento de Direitos Humanos do Ministério das Relações Exteriores e representante oficial do Brasil na campanha pela indicação de Caldas ao posto. Na oportunidade, Caixeta manifestou o apoio da entidade à indicação do advogado. As eleições acontecem entre os dias 3 e 5 de junho, em Cochabamba, na Bolívia, durante o 42º Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Posse no TRT-10

Foi realizada no dia 23 de março a solenidade de posse da nova diretoria do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (TRT-10), para o biênio 2012/2014. Assumiram a presidência e a vice-presidência, respectivamente, os desembargadores Elaine Machado Vasconcelos e André Rodrigues Pereira da Veiga Damasceno. O presidente da ANPT, Sebastião Vieira Caixeta, o vice-presidente, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e o diretor financeiro da entidade, Maurício Correia de Mello, participaram do evento, que aconteceu na sala de sessões desembargador Herácito Pena Júnior, na sede do TRT-10.

Além da diretoria da ANPT, participaram da solenidade, também, o ministro recém eleito para o cargo de presidente do STF, Carlos Ayres Britto, o presidente do TST, João Oreste Dalazen, o procurador-geral do Trabalho, Luis Antônio Camargo, além de vários outros membros do MPT, magistrados, advogados, servidores, familiares e amigos dos empossados.

EXPEDIENTE **Diretoria ANPT - Biênio 2010/2012**

Sebastião Vieira Caixeta
PRESIDENTE

Carlos Eduardo de Azevedo Lima
VICE-PRESIDENTE

Ana Luiza Alves Gomes
SECRETÁRIA-GERAL

Maurício Correia de Mello
DIRETOR FINANCEIRO

Isabella Gameiro da Silva Terzi
DIRETORA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Marici Coelho de Barros Pereira
DIRETORA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Mariana Flesch Fortes
DIRETORA DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS

Adriana Holanda Maia Campelo
DIRETORA SOCIAL E DE EVENTOS

Lair Carmen Silveira da Rocha Guimarães
DIRETORA DE COMUNICAÇÃO

Yamara Viana de Figueiredo
DIRETORA

Raulino Maracajá Coutinho Filho
DIRETOR

INFORMATIVO ANPT: Edição e redação: Gustavo Rocha, Revisão: Carlos Eduardo de Azevedo Lima, Estagiária: Natália Moraes, Projeto Gráfico e Diagramação: Júlio Leitão, Tiragem: 1.600 exemplares. **CONTATO:** Tel.: (61) 3224.5720, E-mail: imprensa@anpt.org.br, *Site*: www.anpt.org.br , Endereço: SBS, Qd. 02, Bl. "S", Salas 1103 a 1105, CEP: 70070-904 – Brasília-DF.

PEC do trabalho escravo é discutida com Marco Maia

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 438/2001, que prevê o confisco das propriedades em que se constatar a exploração de trabalho em condições análogas às de escravo, foi tema de reunião no dia 14 de março com o presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia (PT-RS). O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Sebastião Vieira Caixeta, e o vice-presidente da entidade, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participaram da reunião.

Durante o encontro, o grupo salientou ao parlamentar a necessidade de ser a PEC aprovada com a maior brevidade possível. Como forma de contribuir para a obtenção de apoio junto aos parlamentares para a aprovação da Proposta, o presidente da ANPT sugeriu a elaboração de nota técnica por parte da Conatrae, visando rebater os possíveis argumentos contrários à sua votação. Ainda durante os debates, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) sugeriu que a PEC fosse votada em segundo turno na Câmara até o dia 13 de maio, Dia da Abolição da Escravatura. O presidente da Câmara, por sua vez, apoiou a iniciativa e ressaltou que a data seria muito importante sob o ponto de vista simbólico.

Foto: Ascom/ANPT

Sebastião Caixeta sugeriu a elaboração de nota técnica por parte da Conatrae

Câmara dos Deputados instala CPI do trabalho escravo

Foi instalada no dia 28 de março, na Câmara dos Deputados, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Trabalho Escravo, que deve investigar empresas e empregadores que mantêm trabalhadores em regime análogo ao de escravidão. O vice-presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou da audiência que instalou a CPI e elegeu o deputado Cláudio Puty (PT-PA), autor da proposta de criação da Comissão, como seu presidente.

Segundo presidente da CPI, a Comissão tem o objetivo de colocar a questão do trabalho escravo num plano mais amplo de avaliação das condições de trabalho no país. Já para o vice-presidente da ANPT, a instalação dessa CPI traz para as entidades que militam no combate ao trabalho escravo a necessidade de uma atenção especial às discussões a serem travadas no âmbito da Comissão, haja vista já se ter observado, na primeira manifestação de alguns parlamentares que a integram, uma linha de pensamento muito conservadora, com preocupação, algumas vezes, voltada mais para questionar a atuação da própria Fiscalização do Trabalho do que para buscar dar efetividade à atuação relativa ao combate ao trabalho em condições análogas às de escravo.

Por outro lado, Azevedo Lima afirma que, se bem trabalhada a questão, inclusive com a busca de apoio da própria opinião pública e da obtenção de um verdadeiro "clamor social", a CPI pode contribuir na tramitação e, por conseguinte, na votação e aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 438/2001, que prevê o confisco de terras onde forem encontrados trabalhadores em situação análoga à de escravidão.

Combate ao trabalho escravo é tema de reunião com líder do PSD na Câmara dos Deputados

O líder do PSD na Câmara dos Deputados, Guilherme Campos (SP), recebeu no dia 21 de março visita de integrantes da Conatrae, dentre eles o vice-presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima. O objetivo do encontro foi pedir apoio ao parlamentar na mobilização para a inclusão da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 438/2001 na pauta de votação da Casa e, em especial, para a sua aprovação.

Durante a reunião, a comitiva, que estava acompanhada do deputado Domingos Dutra (PT-MA), presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, conversou com o parlamentar sobre a necessidade de se aprovar o quanto antes a PEC. Segundo o vice-presidente da ANPT, "é fundamental que a PEC 438/2001 seja aprovada, pois trata-se de uma ferramenta importante que deve contribuir, e muito, para a eliminação do trabalho escravo no Brasil".

Ao longo do mês de março, líderes de diversos partidos na Câmara foram visitados pelo grupo, sempre com o intuito de obter apoio para a votação e a aprovação da PEC.

Foto: Ascom/ANPT

A aprovação da PEC foi defendida pelos participantes da reunião

Novo presidente da CTASP da Câmara dos Deputados recebe visita da ANPT

O presidente da ANPT, Sebastião Vieira Caixeta, e o vice-presidente da entidade, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, estiveram reunidos no dia 20 de março com o novo presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara dos Deputados, Sebastião Bala Rocha (PDT/AP). O objetivo do encontro foi oficializar o interesse da entidade em contribuir com as discussões promovidas pela Comissão, principalmente no que diz respeito a temas como o do combate ao trabalho escravo, ao trabalho infantil, a toda forma de discriminação nas relações do trabalho, dentre outros que Bala Rocha pretende inserir na pauta de debates da Comissão nas próximas sessões, e que visam a discutir uma "agenda do trabalho decente".

Dirigentes da ANPT em reunião com deputado Sebastião Bala Rocha

Foto: Ascom/ANPT

Segundo o novo presidente da CTASP, "é sempre um prazer receber colaboração para os assuntos que são discutidos na Comissão e a contribuição de vocês, com certeza, será muito benvinda". Os dirigentes da ANPT destacaram, ainda, que a entidade acompanha de perto, no âmbito do Congresso Nacional, a tramitação dos mais variados projetos que tratam de temas ligados à questão trabalhista, colocando a entidade à disposição para contribuir no que for possível, inclusive no que concerne à apresentação de notas técnicas a respeito de tais projetos, de modo a levar ao Poder Legislativo o entendimento dos membros do Ministério Público do Trabalho acerca dessas questões.

Audiência Pública discute trabalho doméstico no Brasil e a Convenção 189 da OIT

A Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados realizou no dia 27 de março audiência pública que discutiu o trabalho doméstico no Brasil e a Convenção 189 da OIT. O diretor financeiro da ANPT, Maurício Correia de Mello, representou a entidade na ocasião e defendeu a necessidade de se modificar a Constituição Federal para assegurar que estes trabalhadores tenham os mesmos direitos dos demais.

Segundo o diretor, essa discriminação tem uma forte conotação de raça e gênero. Correia de Mello explicou que as razões de natureza econômica comumente utilizadas para o tratamento diferenciado não podem prevalecer diante do princípio da igualdade e do combate à discriminação. "Todos os trabalhadores merecerem a proteção mínima", reafirmou.

Entre os pontos relacionados ao tema que, segundo o representante da ANPT, devem ser destacados está o de propiciar aos trabalhadores domésticos mais proteção no que diz respeito ao meio ambiente do trabalho, em especial quanto a normas de segurança e medicina do trabalho. Outro tema levantado pelo diretor financeiro da ANPT foi a questão do trabalho infantil doméstico. Segundo ele, o Estado brasileiro tomou a decisão acertada de considerar este tipo de trabalho uma das piores formas do trabalho infantil.

Quanto à ratificação da Convenção 189 da OIT, aprovada no ano passado, em Genebra (Suíça), que normatiza as condições dos trabalhadores domésticos no mundo inteiro, equiparando seus direitos com os dos demais trabalhadores, Correia de Mello informou que com ela será necessário enfrentar alguns desafios, como o da questão da fiscalização. Na mesma linha, o procurador falou que para uma nova situação de trabalho doméstico protegido será necessário, também, mais acesso a serviços básicos, como creche, educação e qualificação profissional.

Maurício Mello chamou a atenção, ainda, para a proteção dos trabalhadores domésticos quanto a abusos, assédios e violência. "O lar é um local onde isso acontece muito. O Estado precisa encontrar meios para proteger os trabalhadores contra esse tipo de agressão".

Correia de Mello frisou que, para uma nova situação de trabalho doméstico protegido, será necessário mais acesso a serviços básicos.

Foto: Ascom/ANPT

Presidente eleito do STF recebe ANPT e demais associações do MP e do Judiciário

Foto: Ascom/ANPT

Ayres Britto ressaltou a relevância do trabalho conjunto entre MP e Judiciário

O presidente da ANPT, Sebastião Vieira Caixeta, e o vice-presidente, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, acompanhados de representantes de outras associações de membros do Ministério Público e do Poder Judiciário, estiveram reunidos no dia 26 de março com o presidente eleito do Supremo Tribunal Federal (STF), Carlos Ayres Britto. Na ocasião, o grupo discutiu temas de interesse comum.

Durante a reunião, o presidente da ANPT reforçou a iniciativa das Associações em retomar o diálogo com os três Poderes, com o objetivo de reforçar a ideia de melhores condições de trabalho, saúde, segurança, além de uma política remuneratória mais adequada para os membros de ambas as categorias. Segundo o ministro Ayres Britto, é essencial esse diálogo entre as entidades para que o trabalho de articulação funcione efetivamente.

A situação dos PLs que recompõem os subsídios das duas carreiras também foi tratada durante o encontro. Segundo o presidente eleito do STF, a recomposição dos subsídios de promotores, procuradores e magistrados apresenta-se como algo de inegável relevância para tais carreiras, além de medidas que visem ao reforço da própria noção de carreira, o que, por conseguinte, tem influência no aprimoramento do Ministério Público e do Judiciário.

Outro ponto destacado pelo ministro foi a abertura para uma agenda positiva entre as entidades, para unir esforços em prol dos mesmos objetivos, consistentes na busca de melhorias para a sociedade como um todo. Segundo Ayres Britto, o trabalho conjunto entre elas tem se mostrado importante e de muita valia para a construção de um discurso único.

Entidades de classe do MP e do Judiciário reúnem-se com o PGR

Integrantes da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público da União (Frentas), em parceira com a Conamp, estiverem reunidos no dia 26 de março com o procurador-geral da República, Roberto Monteiro Gurgel Santos. Durante a reunião, da qual participaram o presidente ANPT, Sebastião Vieira Caixeta, e o vice-presidente da entidade, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, foram discutidos diversos temas de interesse para as categorias, com ênfase para as proposições legislativas em tramitação no Congresso Nacional acerca de tais temas.

Um dos pontos abordados durante a reunião foi o andamento dos Projetos de Lei n.º 7753 e 7749, de 2010, e 2198 e 2197, de 2011, que tramitam na Câmara dos Deputados atualmente e tratam da recomposição do valor dos subsídios do procurador-geral da República e dos ministros do STF. Os representantes do MP e da magistratura lembraram que outras carreiras do serviço público tiveram a recomposição dos vencimentos assegurada, muitas vezes até mesmo por meio de medidas provisórias. "Agora é a hora de tentarmos retomar o diálogo com o Legislativo e o Executivo, que, no ano passado, foi totalmente interrompido, devido a determinações do governo Federal. Temos que insistir e persistir na luta política", disse o procurador-geral da República.

Outro ponto em pauta durante a reunião foi o Projeto de Lei da Câmara (PLC) n.º 2 de 2012, aprovado no dia 28 de março pelo Senado, que institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais. Em relação ao tema, Caixeta falou sobre a emenda proposta pelas entidades por meio do senador Pedro Taques (PDT-MT), que a apresentou no âmbito do Senado Federal, no sentido de que se viesse a incluir, expressamente, o Ministério Público no fundo que seria destinado ao Poder Judiciário.

A questão referente ao pagamento de valores atrasados alusivos à Parcela Autônoma de Equivalência (PAE) também foi debatida durante a reunião. Segundo o procurador-geral da República, a administração do MPU está fazendo o possível, junto à área econômica do Governo Federal, para que o pagamento de nova parcela possa ocorrer ainda no mês de abril.

Roberto Gurgel informou, também, em resposta a questionamentos das entidades, que estão sendo estudadas pela Administração alterações concernentes aos regulamentos que tratam do pagamento de diárias e de parcelas como o auxílio alimentação, auxílio moradia, dentre outras.

Foto: Ascom/ANPT

PGR mostrou-se aberto ao diálogo com as Associações

Associações visitam parlamentares e discutem PEC da previdência

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Sebastião Vieira Caixeta, e o vice-presidente, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, acompanhados de outros representes de entidades associativas, conversaram no dia 7 de março com parlamentares sobre a situação do Projeto de Lei (PL) 1.992/2007, que até então não havia sido aprovado, e institui o regime de previdência complementar dos servidores públicos, no que diz respeito à especificação da presença do Ministério Público (MP), no fundo destinado ao Poder Judiciário.

Foto: Ascom/ANPT

ANPT articulou apoio de parlamentares para a inclusão da emenda

Em reunião com o senador Pedro Taques (PDT-MT), este colocou-se à disposição do grupo para apresentar emenda ao projeto oriundo da Câmara dos Deputados no sentido de inserir o MP no fundo destinado aos membros do Poder Judiciário. O senador Randolfe Rodriguez (PSOL/AP), por sua vez, também visitado pelo grupo, informou que sua posição seria no sentido da não aprovação do PL, tendo ressaltado, ainda, que, caso fosse voto vencido neste seu posicionamento, como ocorreu no dia da votação, apoiaria a inserção de emenda que especificasse a presença do MP no fundo do Poder Judiciário.

Congresso promulga Emenda Constitucional que trata da aposentadoria por invalidez

O Congresso Nacional, em sessão conjunta da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, promulgou no dia 29 de março a Emenda Constitucional 70, que assegura ao servidor público que tenha ingressado na carreira até 31 de dezembro de 2003 o direito de se aposentar por invalidez com proventos integrais e garantia de paridade. O vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou da sessão, ocorrida no plenário do Senado.

O texto da emenda dá prazo de 180 dias para a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, com suas respectivas autarquias e fundações, procederem à revisão das aposentadorias por invalidez permanente e pensões delas decorrentes, concedidas a partir de 1º de janeiro de 2004 a seus servidores. Após a promulgação, o presidente da Câmara, Marco Maia, disse que a emenda "paga uma dívida social" do Estado brasileiro com servidores contratados antes de 2003 que se aposentaram ou venham a se aposentar por invalidez. O deputado afirmou que o Congresso foi sensível a uma demanda justa apresentada por uma parcela importante da sociedade.

A emenda teve origem da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 270/08, da deputada Andreia Zito (PSDB-RJ), e seu objetivo é corrigir uma distorção trazida pela Emenda Constitucional 41, de 2003 (reforma da Previdência), que instituiu a aposentadoria por invalidez permanente com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados com base na média aritmética simples das maiores contribuições (Lei 10.887/04). Foram excetuados os casos decorrentes de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável. Estes permaneceram com direito à aposentadoria com proventos integrais, mas sem paridade (que agora é restituída).

Conforme levantamento divulgado pelo relator da proposta na comissão especial da Câmara, deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), em 2008 (último dado disponível), de um total de 583.367 servidores públicos federais em atividade, foram concedidas 10.654 aposentadorias, das quais 1.395 foram por invalidez permanente (13,1% do total de aposentadorias e 0,24% da força total de trabalho).

* Com informações da Agência Câmara.

Senado aprova previdência complementar de servidores públicos

O plenário do Senado Federal aprovou no dia 28 de março o Projeto de Lei da Câmara n.º 2 de 2012, que cria fundos de previdência complementar para a aposentadoria dos servidores públicos federais. Os servidores que ingressarem no setor público após o início do funcionamento dos fundos terão aposentadoria limitada ao teto do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) - hoje de R$ 3.916,20. O projeto foi aprovado no mesmo dia nas comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A matéria segue agora para a sanção presidencial.

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Sebastião Vieira Caixeta, e o vice-presidente da entidade, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, articularam ao longo do mês de março com os parlamentares a necessidade de inclusão de emenda que deixasse expresso o Ministério Público como parte do fundo criado com o objetivo de abranger o Poder Judiciário.

O Projeto de Lei foi tema de diversas reuniões a exemplo dos encontros, no dia 27 de março, no Senado Federal, com os senadores Paulo Paim (PT-RS), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Pedro Taques (PDT-MT) e José Pimentel (PT-CE). O senador Raldolfe questionou a razão de apenas agora, 14 anos após a aprovação da Emenda Constitucional 20/1998, que trata da previdência, sua regulamentação estar sendo votada, e disse que isso se deveu à "extraordinária resistência" da oposição contra o projeto do então governo do PSDB. No voto em separado, Randolfe disse que apenas um setor da economia está "feliz da vida" com a proposta: os bancos. Ele previu que as instituições financeiras, que já têm lucratividade elevada, vão ganhar ainda mais com a reforma pretendida.

Foto: Ascom/ANPT

Grupo reunido com o senador Pedro Taques

Foto: Ascom/Conamp

Projeto foi debatido com o seu relator no Senado

Além de Randolfe, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) condenou o projeto e citou "experiências desastrosas" ocorridas no Chile, na Argentina e nos Estados Unidos, decorrentes de semelhante solução. De acordo com o parlamentar, os aposentados chilenos só recebem hoje um terço dos valores de seus proventos, devido aos resultados desfavoráveis das aplicações dos recursos.

A proposta autoriza a criação de três entidades fechadas de previdência complementar - uma para cada Poder - e muda a atual sistemática de contribuição dos servidores públicos para a previdência. Com as novas regras, a contribuição de 11% não incidirá mais sobre toda a remuneração, mas apenas sobre o teto de R$ 3.916,20.

No prazo de 180 dias após a publicação da nova lei no Diário Oficial da União, devem surgir três entidades fechadas de grande porte para cuidar da previdência complementar do servidor público. A fundação do Executivo, chamada de Funpresp-Exe, terá um aporte de capital inicial de R$ 50 milhões, enquanto as entidades do Legislativo e do Judiciário, denominadas de Funpresp-Leg e Funpresp-Jud, respectivamente, terão cada uma o capital inicial de R$ 25 milhões.

Com informações da Agência Senado

Reunião com o senador Paulo Paim

Foto: Ascom/ANPT

Entidades representativas do Ministério Público Brasileiro reúnem-se em Brasília

Foi realizada no dia 7 de março reunião com entidades representativas de todo o Ministério Público Brasileiro (da União e dos Estados). Durante a reunião, da qual participou a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), representada por seu presidente, Sebastião Vieira Caixeta, e pelo vice-presidente da entidade, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, foram discutidas propostas legislativas de interesse do Ministério Público em tramitação no Congresso Nacional.

Durante a reunião, o presidente da ANPT ressaltou a preocupação da entidade em relação ao Projeto de Lei (PL) 1.992/2007, em que não haveria especificação de onde estaria inserido o Ministério Público (MP), haja vista terem sido previstos 03 fundos, um para cada Poder (Executivo, Legislativo e Judiciário), sem que tenha sido ressaltada expressamente a presença do MP em nenhum de tais fundos.

Outros temas que envolvem interesses comuns das entidades participantes da reunião foram discutidos durante o encontro, a exemplo da PEC 75/2011, que prevê, dentre outras penalidades, possibilidade de perda do cargo de membros do MP por decisão do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). A Proposta dá nova redação aos artigos 128 e 130-A da Constituição Federal, para prever a possibilidade de aplicação, a membros do Ministério Público, das penas de demissão e cassação de aposentadoria ou de disponibilidade pelo CNMP, órgão administrativo de controle externo. Na prática, a aprovação de tal proposta acabaria com a garantia constitucional da vitaliciedade, segundo a qual promotores e procuradores só podem perder o cargo por decisão judicial transitada em julgado.

Grupo discute temas que envolvem interesses comuns das entidades participantes da reunião

Foto: Ascom/ANPT

Grupo Gestor do Ministério Público discute estratégias para acompanhamento de propostas legislativas

Foi realizada no dia 20 de março reunião do Grupo Gestor do Ministério Público (MP), oportunidade na qual os participantes discutiram propostas legislativas de interesse dos membros da categoria. O presidente da ANPT, Sebastião Vieira Caixeta, e o vice-presidente, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participaram do encontro, que aconteceu na sede da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR).

Um dos temas em debate diz respeito ao Projeto de Lei (PL) n.º 1028/2011, que trata da conciliação em delitos de menor potencial ofensivo. A proposta altera artigos da Lei n.º 9099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, e possibilita a composição preliminar dos danos oriundos de conflitos decorrentes dos crimes de menor potencial ofensivo pelos delegados de polícia.

Os representantes do MP trataram também da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) n.º 37/2011, que garante exclusividade da investigação criminal à Polícia. De autoria do deputado Lourival Mendes (PTdoB-MA), a matéria estabelece que a apuração das infrações penais será competência privativa das polícias federal e civil. Hoje, por determinação constitucional, o Ministério Público e outras instituições também exercem a atividade de investigação criminal, o que as entidades que integram o Grupo Gestor vêm trabalhando para ser mantido.

Outro assunto em discussão, na época, foi o Projeto de Lei da Câmara (PLC) n.º 2 de 2012, que estava em tramitação no Senado e instituiu o regime de previdência complementar para os servidores públicos e cria a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público (Funpresp). Na ocasião, as entidades elaboraram nota conjunta sobre a proposta, que posteriormente foi entregue aos senadores durante diversas reuniões.

Foi debatido, durante o encontro, de forma destacada, o andamento dos PLs 7753 e 7749, de 2010, e 2198 e 2197, de 2011. As propostas, que estão em tramitação na Câmara, estabelecem a recomposição do subsídio mensal do chefe do Ministério Público e dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). O objetivo das matérias, enviadas ao Congresso pelo procurador-geral da República e pelo presidente do STF, é recompor as perdas decorrentes do processo inflacionário.

Grupo Gestor do MP reunido na ANPR

Foto: Ascom/ANPT

ANPT debate PL da terceirização com presidente da CCJ da Câmara

Foi realizada, no dia 14 de março, reunião com o presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados (CCJ), Ricardo Berzoini (PT-SP), para tratar do Projeto de Lei n. 4.330/2004, de autoria do Deputado Sandro Mabel (PMDB/GO), que disciplina a terceirização de serviços especializados no âmbito público e privado. Segundo o presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Sebastião Vieira Caixeta, que esteve presente à reunião juntamente com o vice-presidente da entidade, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, caso o PL venha a ser aprovado da maneira como está, acabará por se promover uma ampla reforma trabalhista, com extinção de direitos históricos dos trabalhadores. O referido projeto encontra-se na CCJ da Câmara e foi distribuído ao deputado Arthur Oliveira Maia (PMDB/BA), que é o relator da matéria.

Durante a reunião, o presidente da ANPT comentou, ainda, sobre a nota técnica formulada pela entidade em 2011, com sugestão de substitutivo ao PL 4.330/2004, que dispõe sobre o contrato de prestação de serviços e as relações de trabalho dele decorrentes. A nota elaborada pela ANPT obteve, à época, a adesão de diversas entidades, bem como de comissão instituída no âmbito do Ministério da Justiça, mais especificamente

Foto: Ascom/ANPT

Presidente da CCJ sugeriu uma articulação ainda mais ampla no parlamento sobre o tema

na Secretaria de Reforma do Judiciário (SRJ), com participação de advogados, ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST), do titular da SRJ, além de algumas outras entidades e da própria ANPT.

O presidente da CCJ, por sua vez, ressaltou que, na Comissão, há um ambiente pró-votação, sendo atualmente ouvidos argumentos em todos os sentidos, tendo sugerido, inclusive, que as entidades fizessem um trabalho de articulação com os demais parlamentares, esclarecendo pontos referentes à questão.

Audiência pública em Santos discute terceirização

Foi realizada no dia 27 de março, na Câmara Municipal de Santos (SP), audiência pública convocada pelo vereador Reinaldo Martins (PT) cujo objetivo foi debater projetos em tramitação no Congresso Nacional que tratam da regulamentação da terceirização de mão de obra. A ANPT foi representada no evento pelo associado Ângelo Fabiano Farias da Costa, procurador do Trabalho em exercício na cidade de Santos e região.

Na ocasião, o procurador falou sobre os problemas oriundos de uma eventual regulamentação da matéria nos moldes propostos no Projeto de Lei n. 4.330/2004, de autoria do deputado Sandro Mabel (PMDB-GO), que disciplina a terceirização de serviços especializados no âmbito público e privado. Segundo ele, existem atualmente cerca de dez milhões de trabalhadores terceirizados em todo o Brasil. "As empresas, hoje, tentam trabalhar com o mínimo possível de empregados de seus quadros, terceirizando um grande número de atividades, o que acaba por trazer como consequência a precarização das relações de trabalho", enfatizou.

**Com informações do site www.professorreinaldo.com.br*

Ato público pelo trabalho seguro na construção civil tem participação da ANPT

O canteiro das obras de reforma do Estádio Mané Garrincha, em Brasília, sediará, no dia 28 abril, ato público promovido pelo TST, em parceria com outras instituições e entidades, dentre elas a ANPT. O evento é voltado para a prevenção de acidentes e para a segurança do trabalho na construção civil.

Foto: Ascom/ANPT

Ato público será realizado em Brasília com apoio da Associação

Na tarde do dia 29 de março, o vice-presidente da Associação, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou de reunião no Foro Trabalhista de Brasília, na qual diversas decisões alusivas às providências necessárias para a realização do evento foram tomadas.

Além da ANPT, apoiam a realizam do evento diversos outros órgãos e entidades, como o Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, o Ministério Público do Trabalho, a Amatra-10, entidades sindicais que representam os trabalhadores e os empregadores do ramo da construção civil, o consórcio responsável pelas obras, dentre outros.

CONVÊNIOS ANPT

EMPRESA / INSTITUIÇÃO CONVENIADA	O QUE OFERECE?	COMO UTILIZAR?
LOCALIZA RENT A CAR Endereço: Avenida Bernardo Monteiro nº 1563, Funcionários – Belo Horizonte – MG Pessoa de contato: Carolina Lima E-mail: carolina.lima@localiza.com Telefones: 31 3247-7887	Desconto de 10% sobre a tarifa especial de Km livre (T501) para aluguel de veículos.	O associado deverá informar o código do convênio no momento da reserva pela central 24h Localiza (0800 979 2000) e também no pagamento da locação, nas agências Localiza.
COMPRA CERTA	Descontos exclusivos para associados da ANPT.	O associado deverá acessar o *site*: www.compracerta.com.br
LTR EDITORA Endereço: Rua Jaguaribe 571, Santa Cecília, São Paulo – SP | CEP: 01201-904 Pessoa de contato: Nelson E-mail: redator@ltr.com.br Telefone: 11 2167-1121	Desconto de 30%	O associado deverá manter contato com a editora e comprovar que faz parte do quadro associativo.
CHURRASCARIA FOGO DE CHÃO Endereço: SHS Quadra 5 bloco E Brasília - DF - Telefone: 61 3322-4666	Desconto de 10% no almoço e 15% no jantar (apenas para filial Brasília)	O associado deverá fazer reserva pelo telefone 61 3322-4666.
Unibanco	Empréstimos pessoas com taxas diferenciadas e desconto em folha	O associado deverá acessar a área restrita do *site* da ANPT e emitir carta de apresentação
POUPEX	Condições especiais de crédito imobiliário para compra de imóvel, novo ou usado, ou construção em lote próprio.	O associado deverá acessar www.poupex.com.br/psp ou ligar 0800 61 3040 para conferir as vantagens.
Pedra da Laguna Lodge & SPA	Desconto de 20% de sobre o preço das diárias normais, entre outros benefícios.	Acesse a área restrita do ***site*** da ANPT
COOMPERJ Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Integrantes do Ministério Público no Estado do Rio de Janeiro	Empréstimos pessoais com taxas diferenciadas e desconto em folha	O associado deverá entrar em contato pelo telefone: 21 2506-2700
BANCO SANTANDER Telefone: 61 3321-6661	Empréstimos pessoais com taxas diferenciadas e desconto em folha	O associado deverá entrar em contato pelo telefone: 61 3321-6661
DYNAMUS	Descontos em diversos eletrodomésticos de diferentes marcas	O associado deverá acessar o ***site*** www.lojamabecorp.com.br/dynamus
Importadora e distribuidora de vinhos Obra Prima	Preços diferenciados para associados da ANPT	Acesse a área restrita do ***site*** da ANPT para mais informações e para conferir a carta de vinhos
GRUPO CAOA (HYUNDAI, SUBARU) Endereço: Av. Ibirapuera, 2400 Moema. São Paulo - SP | CEP: 04028-002	Veículos das marcas HYUNDAI e SUBARU com preços e condições especiais praticados para frotistas	O associado entrar em contato pelos telefones (11) 5538-1000 e (11) 5053-3030 ou por e-mail: cabral.frotista@caoa.com.br, vendas.frotista@caoa.com.br; rosi.frotista@caoa.com.br
HONDA AUTOMÓVEIS DO BRASIL	Veículos com preços e descontos praticados para frotistas (de 5% a 6,5%)	O associado deverá procurar uma concessionária HONDA e apresentar a carteira de afiliado da ANPT.
QUALICORP Endereço: Calçada dos Gerânios, nº 9, Barueri – SP | CEP: 06453-14 Pessoa de contato: Nilva Ramos Silvino E-mail: nsilvino@qualicorp.com.br Telefones: 61 3701-2221/7811-0462	Plano de saúde coletivo por adesão com preço especial.	O associado deverá entrar em contato pelo telefone 61 3701-2200
APMP - Turismo	Vantagens exclusivas em viagens a trabalho ou a lazer. Convênio válido para todo o território nacional.	Entre em contato com a APMP Turismo por meio do sistema interativo que funciona como um correio eletrônico. Acesse a área restrita do *site* da ANPT para mais detalhes.
WAL-MART	Desconto de 5% em mais de sessenta mil produtos do *site*, além de 10% em diversas categorias.	Acesse www.walmart.com.br/anpt ou compre pelo televendas 3003-6000

Para conferir mais detalhes e os outros convênios firmados pela ANPT acesse a área restrita do site. O endereço é www.anpt.org.br

Foto: Rodrigo Nunes

ENTREVISTA

Conferencista do XVII CNPT fala sobre o Ministério Público Brasileiro

Os desafios e as perspectivas do MP foram tema de entrevista com o professor Alexandre de Moraes. Confira.

Qual a sua visão acerca do papel e da posição do Ministério Público no cenário político atual?

Não tenho qualquer dúvida de que uma das grandes conquistas da sociedade na Constituição Federal de 1988 foi o fortalecimento do Ministério Público, não somente na área institucional, com a consagração de suas autonomias administrativa, financeira e funcional, e as garantias de independência e imparcialidade aos membros da carreira, até então só existentes para a Magistratura, mas, também, pelo extenso rol de atribuições constitucionais. O legislador constituinte percebeu a importância dos membros do Ministério Público na defesa dos direitos fundamentais durante a Ditadura e que não existe Democracia sem uma Instituição forte e independente. Após mais de 23 anos da Constituição, o balanço que faço da atuação do Ministério Público, em todas as suas áreas de atuação, demonstra o acerto da escolha política em fortalecê-lo.

Como avalia a PEC 75/2011, que tramita no Congresso Nacional, sob o prisma de sua constitucionalidade?

Entendo absolutamente inconstitucional. As garantias e prerrogativas constitucionais dos membros da Instituição, entre elas a vitaliciedade, são equiparáveis as imunidades parlamentares e as garantias dos magistrados. A vitaliciedade não é um privilégio, mas sim uma prerrogativa visando garantir ao membro do Ministério Público total independência para defender o Estado democrático de Direito e os direitos fundamentais da sociedade. Como tive oportunidade de salientar desde a 1ª edição de minha obra – Direito Constitucional, em 1997 – sendo o MP instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, incumbido pela Assembleia Nacional Constituinte, entre outras importantíssimas funções, da defesa de cláusulas pétreas e do regime democrático, nenhuma norma do Poder Constituinte derivado (Emenda Constitucional) poderá alterar sua estrutura orgânica, suas garantias de independência e imparcialidade e suas funções de controle, todas fixadas em defesa da própria sociedade e da perpetuidade da democracia.

Quais os maiores desafios enfrentados atualmente pelo Ministério Público? E quais as perspectivas para a instituição?

Obviamente, o crescimento e fortalecimento do Ministério Público em todos os seus ramos acabou por desagradar muitos interesses de grupos organizados, digamos, para interesses "não republicanos", que, costumeiramente pregam contra as garantias e funções do MP. O grande desafio é garantir cada vez mais transparência interna e externa de suas atividades para que a sociedade continue confiando na Instituição e tenha sempre certeza de que tem no Ministério Público seu grande aliado em transformar o Brasil em um país mais evoluído socialmente e com mais cidadania.

Como analisa a existência, no ordenamento jurídico brasileiro, de um ramo do Ministério Público voltado, especificamente, para o trato dos direitos sociais (o MPT)? Quais atuações do MPT considera emblemáticas?

Como disse anteriormente, a Assembléia Constituinte acertou ao fortalecer o Ministério Público, pois de nada adiantaria a consagração dos direitos fundamentais e o fortalecimento do Poder Judiciário, sem a existência de uma Instituição que pudesse garantir a efetividade desses direitos, seja extrajudicialmente, seja judicialmente. Em relação ao MPT, esse acerto ficou patente, pois nossa atual Constituição deu um destaque inédito aos direitos sociais e, portanto, haveria necessidade de fortalecimento de um ramo especializado de defensores dos direitos sociais. Recentemente, tive oportunidade de acompanhar uma sessão do Supremo Tribunal Federal, sobre a questão de redução análoga a condição de escravo de diversos trabalhadores, e o enaltecimento ao grande trabalho que vem sendo realizado pelo Ministério Público do Trabalho nesse tema.

Qual a sua análise acerca da contribuição do trabalho desenvolvido pelas entidades de classe do Ministério Público e da magistratura para o fortalecimento das instituições integradas por seus respectivos associados e, também, na defesa dos interesses da sociedade como um todo?

Tive a honra de pertencer por pouco mais de 10 anos aos quadros do Ministério Público do Estado de São Paulo e participar ativamente das associações de classe (APMP e CONAMP), inclusive sendo 1º Secretário da APMP eleito pela classe. Posso atestar a seriedade e importância das entidades de classe do Ministério Público e da magistratura, que são voltadas diretamente para o fortalecimento institucional e para criação de maiores e melhores instrumentos de trabalho para que o MP e o Judiciário possa exercer melhor suas atividades fins para a Sociedade. Nesses casos, em verdade, diferentemente do que pudesse sugerir o fato de ser uma "associação de classe", os interesses defendidos são sempre voltados para melhoria de condições de suas funções constitucionais para o bem estar da população brasileira.

ANPT debate projeto que susta obrigatoriedade do SREP com senador Paulo Paim

O Projeto de Decreto Legislativo do Senado (PDS) 593/2010, que susta os efeitos da Portaria 1.510 de 2009, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que, por sua vez, institui o Sistema de Registro Eletrônico de Ponto (SREP), foi tema de reunião no dia 28 de março, com o senador Paulo Paim (PT-RS). O vice-presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou do encontro, juntamente com representantes da Anamatra e do Sinait, assim como do MTE, que teve por objetivo reafirmar a posição contrária das entidades em relação à possível aprovação do PDS pelo Senado Federal. A portaria do MTE entrou em vigor no dia 2 de abril.

Para o vice-presidente da ANPT, são incontestáveis os prejuízos que poderiam surgir com a aprovação do PDS. "A falta da apuração das horas extras causa prejuízos aos empregados não apenas pela falta de pagamento dessas horas trabalhadas, mas também porque, como se sabe, o labor em horas extraordinárias tem repercussão na própria qualidade do trabalho desempenhado e, por conseguinte, influencia na ocorrência de acidentes de trabalho e no surgimento de doenças ocupacionais, como inúmeras pesquisas estão a demonstrar", enfatizou.

Foto: Ascom/ANPT

Reunião com o senador Paulo Paim, que discutiu o PDS 593

O senador, por sua vez, disse que dará seu parecer contra o PDS 593. "O registro de ponto eletrônico é um instrumento de preservação dos direitos dos trabalhadores", afirmou. Paulo Paim completou, também, que acredita haver interesse por parte da Comissão de Direitos Humanos do Senado em discutir um pouco mais o projeto. "Há parlamentares mencionando a possibilidade de realização de uma audiência pública, já que ainda não estão seguros quanto à matéria", esclareceu.

Reuniões da Conap e da Codemat têm participação da ANPT

O vice-presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou nos dias 27 e 21 de março, respectivamente, da abertura das reuniões semestrais da Coordenadoria Nacional de Combate às Irregularidades Trabalhistas na Administração Pública (Conap) e da Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho (CODEMAT), do MPT. Durante a abertura das reuniões, Azevedo Lima levou informações atualizadas acerca da atuação da entidade em prol dos interesses da categoria.

Já no dia 21, Azevedo Lima deu boas vindas aos participantes da reunião e ressaltou a situação atual dos Projetos de Lei (PLs) que recompõem os subsídios, informando acerca da retomada do diálogo com os três poderes. "Acredito que, com a mudança de cenário que se desenha, segundo temos constatado, não demorará para que tenhamos avanços em relação à questão da política remuneratória da nossa categoria", disse.

Na parte da tarde, o presidente da ANPT, Sebastião Caixeta, também compareceu à reunião, ocasião em que saudou os participantes e apresentou informações atualizadas acerca do trabalho de articulação da Associação no que tange ao acompanhamento de projetos como o que trata da terceirização.

Na reunião do dia 27, o vice-presidente da ANPT enfatizou a importância da Conap no âmbito do MPT e informou ser para ele uma honra participar da reunião da Coordenadoria, visto que integrou a sua Coordenação Nacional num passado recente. Falou, ainda, sobre as reuniões realizadas com o presidente eleito do STF, Carlos Ayres Britto, e com o procurador-geral da República, Roberto Monteiro Gurgel Santos.

"Os temas debatidos aqui são de suma importância", afirmou Azevedo Lima

ANPT se fez presente ao longo da reunião da Codemat

Fotos: Ascom/ANPT